



DO FEMINICÍDIO: UMA REFLEXÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

FEMINICIDE: A REFLECTION OF THE CONDITION OF WOMEN IN CONTEMPORARY SOCIETY

Jéssica Kovalczuk¹
Adriane de Oliveira Ningeliski²

RESUMO

O presente artigo visa retratar o feminicídio no Brasil, quais as condições principais que levam a execução do ato e qual a proteção da mulher no país, fazendo uma abordagem reflexiva sobre o assunto e abordando o resultado final e lamentável de uma morte evitável. É realizada uma abordagem sobre a indefensibilidade da mulher na sociedade contemporânea perante a ineficácia das medidas protetivas e a sua inaplicabilidade. É evidente que a violência doméstica está enraizada na sociedade brasileira, o que tem desaguado no crime de feminicídio. A pesquisa utiliza o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica e relatório de pesquisas realizadas no Brasil. Nessa toada, o estudo conclui que ainda que a legislação se faça presente de maneira eficaz na sociedade, até o presente momento não tem sido suficiente para assegurar que as devidas providências e cuidados sejam tomados perante a vítima. Além disso, há fatores presentes no cenário recorrentes das várias formas de agressões proferidas à mulher, muitas dessas resultando em feminicídio, como o fator cultural. Entretanto, conclui-se que todas as leis, e programas que ajudam a vítima têm contribuído para que ocorra a saída da mulher de lares violentos e possam ter a vida que sempre sonharam.

Palavras-chaves: Mulher. Feminicídio. Violência. Feminismo. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

The present article aims to portray femicide in Brazil, which is a final and regrettable result of an avoidable death, in most cases, in most cases being the end of countless women who started to live with domestic or even family violence. Carrying out an approach on the indefensibility of women in contemporary society in view of the ineffectiveness of protective measures and their inapplicability. It is evident that

¹Graduanda em Direito, Universidade do Contestado. Campus Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: kovalczukje@gmail.com

²Doutoranda e Mestre em Direito, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Pesquisadora da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: adriane@unc.br

domestic violence is rooted in Brazilian society, which has resulted in the crime of femicide. The proposed research uses the deductive method, through bibliographic research and research reports carried out in Brazil, considering that violence against women has existed for a long time and has intensified. In this light, the study concludes that although the legislation is present effectively in society, until now it has not been sufficient to ensure that the necessary measures and care are taken before the victim. In addition, there are factors present in the recurring scenario of the countless forms of aggression against women, many of which result in femicide, such as the cultural factor. However, it is concluded that all laws, and programs that help the victim have contributed to the woman's leaving violent homes and may have the life they have always dreamed of.

Keywords: Law. Woman. Femicide. Violence. Feminism.

Artigo recebido em: 22/03/2021

Artigo aceito em: 09/06/2021

Artigo publicado em: 30/09/2022

1 INTRODUÇÃO

O artigo em tela tem como objeto de estudo as condições da mulher na sociedade contemporânea. Como o tema é amplo, uma reflexão sobre o assunto é realizada, pois muitas mulheres marcaram a história e a maior parte delas, ainda luta por um papel digno na sociedade, há também aquelas mulheres que retratam de maneira singular a experiência única em ser mulher.

A relevância do tema é de grande valia, pois a discussão do “ser mulher” vai além da condição de gênero e não há definição alguma que retrate por completo a dificuldade, alegria, preconceito, conquista, aceitação, orgulho e todos os demais sentimentos e dificuldades pelos quais uma mulher passa ao decorrer da vida.

A luta de muitas, começa em casa, também há uma luta diária no trabalho pela busca da igualdade salarial e enfrentamento de desafios pela busca de respostas, ainda, por precisar se defender de um mundo que “não deixa para depois”. Infelizmente, não deixam de existir gráficos, estatísticas e até mesmo enormes reportagens, muitas delas, gritantes, sobre o aumento contínuo e alarmante do feminicídio, estupro e agressões constantes contra a mulher, sejam essas agressões físicas ou psicológicas.

Dessa forma, faz-se importante o estudo sobre a condição da mulher dentro do contexto familiar, principalmente, no que tange a situação de vulnerabilidade vivenciada por algumas mulheres, pois é imperdoável que um ser humano que possui o dom de dar a vida, tenha a própria vida tirada em segundos, horas, ou dias, além de algumas que mantêm um relacionamento por uma vida inteira e acabam por ser vítimas do feminicídio.

Por este motivo, o presente artigo tem por questionamento o aumento incessante de feminicídio, que por sua vez, desencadeia inúmeros males na vida da vítima. Ainda, indaga-se o fato da legislação, que mesmo presente, acabe por se fazer suficiente para que o feminicídio deixe de ser um problema de longa existência, o qual, inevitavelmente, interrompe de maneira brusca e fatídica a vida de diversas mulheres diariamente.

Nessa linha, estabelece-se um padrão de vulnerabilidade, instabilidade e insegurança às possíveis vítimas do crime, uma vez que as leis constituídas não demonstram eficácia necessária.

Há diversos obstáculos presentes para que se possa extinguir, ou ao menos, reduzir o assassinato habitual de mulheres, ainda que diversas lacunas estejam presentes nas legislações, bem como a presença assídua da desigualdade de gênero enraizada na sociedade, que faz com que os dados em desfavor das mulheres continuem a crescer.

Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo através de pesquisas bibliográficas voltadas à legislação protetiva. Na busca de respostas para tais inquietações, a estrutura do trabalho foi formada em três capítulos de desenvolvimento.

Inicialmente, aborda-se o feminismo e a busca pela igualdade e equidade entre os gêneros, evidencia-se os principais feitos e enfatiza as dificuldades existentes.

Em seguida, aborda-se o feminicídio em si, o desprezo pela condição feminina e a importância da Lei do Feminicídio, por fim, fala-se da mulher e o feminicídio: uma reflexão sobre a vulnerabilidade e a proteção, o enfrentamento constante contra todas as formas de agressões e estratégias para que as vítimas possam superar tais brutalidades.

O presente artigo se encerra com as Considerações Finais, onde são apresentados pontos conclusivos.

2 FEMINISMO E A BUSCA PELA IGUALDADE E EQUIDADE ENTRE OS GÊNEROS

A história da mulher como uma propriedade do homem vem desde a Grécia antiga, há quem diga que é até antes disso, que vem desde os primórdios, desde o homem da pedra, ou seja, há séculos, e mesmo com diversas medidas que auxiliam e estimulam as mulheres a saírem dessa “posse”, o processo é lento e ainda perdura. De acordo com Pinto (2020, p. 103), essa “atitude” é considerada um “padrão cultural, passado de pai para filho, evidenciando a ideia de submissão, autorizando-o a se impor sobre ela”.

Conforme alude Bezerra (2020), o feminismo é conceito que surge no século XIX, após seu surgimento estabeleceu-se como um movimento filosófico, social e político. Contudo, a história do empoderamento feminino, sua trajetória, conquistas e fardos não é tão antiga quanto deveria ser, em grande parte do século XIX, a mulher ainda era vista como um ser inferior ao homem, seu gênero era inferiorizado a ponto de seus direitos mínimos, como ser alfabetizada, não pertencerem a ela.

Ao analisar as fatalidades contra o gênero feminino e se ater ao fato da figura feminina ser construída em uma sociedade patriarcal onde a mulher tinha como função apenas cuidar do lar e dos filhos desde muito cedo, nota-se, que o machismo e a violência contra mulher cresceram enraizados em uma sociedade doentia, as mulheres, por vez, não tinham acesso ao mínimo de conhecimento, fosse ele básico ou político.

Desse modo, evidencia-se de maneira abrangente, a importância da contribuição que o movimento feminista traz as mulheres, uma realidade transformadora da qual as assegura de direitos básicos e fundamentais. Além disso, o movimento se firma em uma busca constante de oportunidades, garantias e efetivação de tudo que já foi conquistado até o presente momento.

De acordo com Prestes (2020), o feminismo busca além da garantia de direitos iguais, fazer com que as “amarras” dos homens sejam libertadas. Além disso, a autora afirma que o feminismo é proporcional ao avanço da luta contra as desigualdades salariais, pelo acesso às estruturas de poder e por uma relação mais igualitária entre todas as esferas da sociedade. Ainda, a autora reforça que o feminismo não é de esquerda, como alguns conservadores insistem em afirmar, mas sim, um movimento

de extrema e inegável importância social e cultural, que comporta inúmeras correntes internas e grandiosos propósitos.

Conforme preceitua Juliana Bezerra (2020), entre os diversos debates existentes sobre inúmeras maneiras de definir o movimento feminista e tudo o que ele representa, é o conceito de gênero, o qual, com o passar do tempo, compreendeu-se ser a definição determinante de tudo que é social, cultural e também historicamente determinado e não somente a definição biológica entre os sexos e toda a desigualdade que os cerca.

Como afirma Adichie (2015):

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes — as mulheres podem ter filhos, os homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes do que as mulheres. Existem mais mulheres do que homens no mundo — 52% da população mundial é feminina, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens. A já falecida nigeriana Wangari Maathai, ganhadora do prêmio Nobel da paz, se expressou muito bem e em poucas palavras, quando disse que quanto mais perto do topo chegamos, menos mulheres encontramos.

O debate entre igualdade e desigualdade de gêneros gera argumentos divergentes de maneira especial no campo jurídico. As alegações utilizadas eram a ineficiência que o sexo feminino apresentaria ao resolver problemas jurídicos, ou a capacidade de sedução, que por sua vez importunaria os magistrados presentes, tudo isso como uma tentativa de justificar a exclusão das mulheres na área jurídica. Destarte, no Brasil, somente em 1879, por ordem de D. Pedro II, foi aprovada a lei que autorizou a presença feminina nos cursos superiores (MENDES, 2019).

Conforme Bentes, Botelho e Costa (2020), ainda que o feminismo tenha como propósito o empoderamento e igualdade entre ambos os sexos, é evidente que os direitos já alcançados são tardios, pois até serem materializados, prejudicaram e causaram malefícios à todas as mulheres, as quais, no momento em que precisaram, não receberam o mínimo, que por direito, deveriam sempre pertencer a elas. Contudo, até o presente momento, depois de contínuos anos de batalha, são inúmeras as conquistas, que independente de qual seja, merece comemoração e enaltecimento por cada uma delas.

Conforme Adichie (2015):

Os seres humanos viviam num mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência; quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de uma maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos.

Embora a igualdade entre os gêneros esteja distante do ideal, é de extrema importância rememorar as conquistas e os direitos adquiridos que o movimento feminista proporciona ao longo dos anos. Primeiramente, em 1827, as mulheres conquistaram o direito à educação, mas somente em 1879, obtiveram acesso ao ensino superior, no mesmo caminho, se direcionava o direito ao voto, que foi conquistado em 1932, o qual, até então, era um direito exclusivo do homem.

A trajetória pela busca da equidade entre os gêneros é árdua e os direitos já conquistados são, no entanto, recentes, visto que, somente em 1977, a lei do divórcio foi aprovada. À vista disso, compreende-se que sem o recurso básico da vítima romper relações com o cônjuge, os abusos e o feminicídio eram evidentes.

Assim, em 1985, originou-se a primeira delegacia da mulher, uma conquista de extrema relevância, a qual, de maneira efetiva, traria à mulher segurança e a asseguraria de seus direitos básicos. Além disso, em 1988, a Constituição Federal em seu artigo 5º inciso I, passou a reconhecer as mulheres como sendo iguais aos homens, sem distinção de qualquer natureza.

Adiante, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, indispensável às mulheres vítimas de agressão. Ainda, em 2015, foi aprovada a Lei do Feminicídio, que rege a proteção às mulheres vítimas de tal brutalidade (NOSSA CAUSA, 2020).

Conforme preceitua Alessandra Caligiuri Calabresi Pinto (2020, p. 106):

É preciso nessa busca encontrar o equilíbrio humano com deveres e compromissos iguais, possibilitando às mulheres que caminhem de forma autônoma e independente, podendo viver por elas e para elas. Podemos dizer que as mulheres de hoje começam a afirmar concretamente a sua independência, mas temos uma longa jornada a ser percorrida porque ainda lutamos para sermos ouvidas, seja em casa, seja nas ruas, seja na política e nos inexpressivos cargos que ocupamos.

À vista disso, mostra-se que a independência econômica feminina afeta profundamente alguns homens que ainda creem no patriarcado, essa independência tem “trazido profundas modificações aos relacionamentos afetivos”, bem como

autonomia para que as mulheres não aceitem mais o caráter de servidão e não tenham mais que se submeter a situações de subordinação, por ter o poder de obter sozinha o próprio sustento e o sustento de sua família (PINTO, 2020, p. 106).

Ainda que a legislação busque garantias e proteção a força do movimento feminista foi essencial para que ela - a legislação - se tornasse uma realidade na sociedade. Por vez, não se deve associar as conquistas já alcançadas ao fim das agressões e interrupções bruscas à vida da mulher, mas sim, à diminuição de tais brutalidades e a segurança garantida de ir e vir.

3 DO FEMINICÍDIO

O Femicídio se faz presente de maneira evidente e avassaladora na sociedade. Ainda que hajam diversos movimentos, manifestações e leis que amparem as mulheres, infelizmente mortes evitáveis acontecem diariamente. É notório, diante desta dolorosa realidade, que as leis são desiguais no cotidiano de uma vítima de feminicídio, a qual antecedermente contou com a desalegre companhia do medo, da dependência, desinformação, vergonha e culpa.

Conforme Garcia (2019), é explícito que a expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito, ou seja, as mortes são causadas, tão e somente, pelo conflito de gênero, pelo machismo enraizado, e isso deixa a sociedade oca ao se tratar de questões tão importantes e avassaladoras, apenas pelo fato de uma mulher morrer por ser mulher.

Os referidos crimes são perpetuados, na maioria das vezes, por parceiros ou ex-parceiros, decorrente de anos de abuso em domicílio, abusos psicológicos ou sexuais, ameaças e desprezo da vítima, que por sua vez, passa uma vida de angústia e sofrimento sem se livrar dessas situações desconsoladas e por finais trágicas (GARCIA, 2019).

Em um estudo realizado pela autora supra que teve por finalidade investigar apenas óbitos resultantes de uma violência continua, evidenciou-se que a violência contra mulher abrange diversos atos, sejam eles, agressão verbal, violência ou outras formas de abuso emocional, até mesmo violência sexual, todos resultam em feminicídio, e são comparados a “ponta do iceberg”. Contudo, o que o estudo busca

esclarecer é que por trás desse ato desprezível há uma diversidade de abusos constantes e variáveis formas de violência (GARCIA, 2019).

Haja vista, há as regiões com índices mais alarmantes, classes sociais mais desfavorecidas e a atenção que se deve dar a Lei Maria da Penha em situações como essa, para que haja uma prevenção ainda mais eficaz. Outrossim, é evidente que o feminicídio, por muitas vezes, não ocorre “de primeira”, é comprovado que a vítima passa por inúmeras agressões antes que a brutalidade seja consumada. Ainda, há um longo caminho para a vítima, humilhações e agressões constantes são duas das principais agressões físicas e psicológicas que as mulheres enfrentam.

De acordo com Pasinato (2011):

Um dos maiores obstáculos para os estudos sobre mortes de mulheres, sobre os homicídios de forma geral, no Brasil é a falta de dados oficiais que permitam ter uma visão mais próxima do número de mortes e dos contextos em que ocorrem. Os estudos e relatórios sobre a situação dos feminicídios em países da América Latina não enfrentam situação diferente. A maior parte dos trabalhos aponta para a falta de dados oficiais, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações que permitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem as mulheres.

A medida que as estatísticas evidenciam o aumento contínuo de feminicídio no Brasil, é inevitável a associação ao ponto inicial de tal fatalidade, que se nomeia como a violência doméstica fatal.

Desta forma, Pasinato (2011) afirma que o feminismo deve ser visto pela sociedade da maneira mais verídica possível, onde o assassinato de mulheres ocorre por conta da fuga de normas patriarcais ou machistas. O feminicídio é o resultado final de algumas pequenas ações das vítimas, como um pedido de divórcio ou uma simples oposição aos padrões doentios estabelecidos dentro do próprio lar. Portanto, o feminismo deve ser visto como uma questão de gênero, onde o pior acontece por ser mulher.

Para Prado e Sanematsu (2017, p. 68), “as barreiras culturais e socioeconômicas para o acesso à Justiça, o racismo estrutural e institucional, o isolamento geográfico, a convivência com o crime organizado”, bem como “as faces violentas do Estado e os modelos de desenvolvimentos baseados na intensa exploração e concentração de riqueza” são fatores que “precisam ser melhor

compreendidos a partir da perspectiva de desigualdade de gênero para a prevenção do feminicídio”.

Contudo, a luta é constante e não permite pausa, incontáveis vezes, o crime passa despercebido e qualificado de maneira incorreta, ou até mesmo, a vítima acaba por ser culpabilizada. Conforme retrata Souza (2018), há diferentes nomes para uma mesma violação à vida: *Gendercide*, *femicide*, *femicídi* ou feminicídio.

Conforme se sabe, no Brasil o número de mulheres mortas por desigualdade de gênero está crescendo, de acordo com o mapa de violência do país no período de 1980 a 2010 os coeficientes de mortalidade passaram de 2,3/100.000 para 4,8/100.000, num crescimento de 111 por cento. O Brasil só fica abaixo de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, os primeiros lugares da lista (SOUZA, 2018).

Nesta linha, Prado e Sanematsu (2017, p. 59) mencionam que o feminicídio no Brasil “aparece como um fenômeno perversamente social e democrático, que pode atingir qualquer mulher”. As autoras ainda comentam que a vulnerabilidade não é a mesma para todas as mulheres, cada uma é exposta a riscos diferentes por “terem seus corpos violados no decorrer de suas vidas. Estes perigos são intensificados a partir de discriminações baseadas nos papéis de gênero”, mas não só, inclui-se “também na sua classe social, idade, raça, cor e etnia ou deficiências”.

Categorizado de três formas divergentes, o feminicídio, por sua vez, pode ser íntimo ou não íntimo, se o crime é consumado por atuais ou ex-parceiros das vítimas ou por conexão, quando a vítima tem sua vida interrompida por se encontrar “na linha de tiro” de um assassino. Além das diversas formas de agressões que uma mulher pode sofrer, há também o terrorismo cultural, diversas atrocidades cometidas para seguir padrões que agradam o ego masculino, e sacrificam a mulher e sua qualidade de vida.

O crime de feminicídio é enraizado por uma gama enorme de violência até que haja a brutalidade final. Por conta disso, deve-se ser levado a sério todos os meios de prevenção e políticas públicas que lutam a favor da vida. Considerando que ninguém nasce mulher, mas sim, torna-se mulher, e que nenhum destino biológico ou psíquico define a forma em que uma mulher deve ser vista em sociedade.

Ainda que o feminicídio se faça presente diariamente de forma explícita no cotidiano, principalmente na atualidade, se considerar todos os recursos que

evidenciam o crime para toda a população, ele ainda passa despercebido. Visto que, são crimes que tiram a vida da mulher de inimagináveis maneiras brutais e chocam uma sociedade, ainda fazem com que as pessoas busquem por um maior senso de justiça e empatia. Não é necessário esforço para se manter informado a respeito de tal brutalidade contra a vida de muitas mulheres, basta ler ou assistir ao jornal local, conversar com um vizinho ou até mesmo, apenas acessar a internet.

Destarte, Prado e Sanematsu (2017, p. 52) aludem:

Os feminicídios acontecem tanto no âmbito privado como no público, em circunstâncias e contextos diversos, em que as discriminações e o menosprezo com a condição feminina assumem variadas formas, mais ou menos evidentes. Requitês de crueldade, especialmente em regiões do corpo associadas ao feminino, violência sexual, imposição de sofrimento físico e mental, tortura e a existência de um histórico de violência anterior ao episódio fatal revelam esse contexto de discriminação.

Conforme o Instituto Brasileiro de Direito da Família (2020), os índices são alarmantes e apontam uma banalização que tornam atrocidades cometidas contra diversas mulheres diariamente um fato aceitável, comum e tolerável. Parece ser plausível e conveniente aceitar que no primeiro semestre de 2020 ao menos 648 mulheres foram mortas, assassinadas brutalmente por um familiar, cônjuge ou até mesmo um desconhecido. Além disso, os índices retratam aumento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em uma análise rápida apresentada por Pinto (2020, p.120), a autora mostra que:

A cada 6.3 segundos uma mulher é vítima de ameaça de violência no Brasil; a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física no Brasil; a cada 16,6 segundos uma mulher é vítima de ameaça com faca ou arma de fogo no Brasil; a cada 22,5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento no Brasil; a cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo no Brasil; a cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio no Brasil; a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil; a cada 6.9 segundos uma mulher é vítima de perseguição no Brasil.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a quarentena imposta pela pandemia da Covid-19, foi um dos fatores responsáveis por esse aumento significativo, dado ao fato de que as vítimas tiveram ainda mais dificuldades para buscar ajuda necessária. Visto que as políticas públicas se encontravam

temporariamente fechadas ou com atendimento somente via telefone, as chamadas por violência doméstica ao 190 subiram 3,8%. Ainda, devem-se considerar as vítimas que infelizmente não tiveram chance de ligar, as quais tiveram suas vidas interrompidas, vítimas de feminicídio, entre essas, a maioria mulheres negras pois, deve-se considerar que o racismo caminha junto com o machismo.

4 A MULHER E O FEMINICÍDIO: UMA REFLEXÃO SOBRE A VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO

Há muito tempo, a realidade das mulheres é ausente de proteção, por vez, repleta de desamparo, fragilidade e vulnerabilidade. Em uma sociedade omissa, onde ser mulher machuca, a ineficácia da legislação é uma das responsáveis por estatísticas tão cruéis, pois “fatores como a não efetivação dos direitos previstos nos marcos legais”, a não “implementação de serviços especializados de atendimento, a aceitação e naturalização de hierarquias de gênero e raça”, juntamente a um aglomerado de “violências anteriores, pelas próprias instituições do Estado, contribuem para a continuidade das violações que estão nas raízes do feminicídio” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 93).

Apesar disso, a evolução histórica das mulheres é certamente um marco a favor do protecionismo, leis de suma importância estão presentes para que mulheres não se tornem mais vítimas, mas caso sejam, que tenham todo o apoio necessário prestados, assim como será visto adiante.

4.1 DA LEGISLAÇÃO PROTECIONISTA

É evidente que os crimes contra a vida da mulher não deixam de aumentar, ainda que diversos recursos estejam presentes e disponíveis, há a inferiorização e culpabilização do gênero feminino e em diversas vezes.

Ao considerar a evidência em questão, o seguinte questionamento vem à tona: considerando todos os recursos já existentes, por que o número de agressões e feminicídio aumentam a cada dia que passa?

Ainda que a ausência de equidade entre os gêneros se faça presente, é de grande relevância destacar alguns dos principais feitos da legislação protecionista,

esta que ampara e auxilia situações desoladoras que se fazem presente na realidade de diversas mulheres, evidencia-se, notoriamente, as conquistas e direitos já alcançados, pode-se destacar a Lei do Minuto Seguinte (Lei n. 12.845/2013) e Lei Joanna Maranhão (Lei n. 12.650/2012), já as que oferecem garantia às vítimas de abuso sexual está a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015).

De acordo com Mendes (2019):

O patriarcado não torna as diferenças entre mulheres e homens fixas e imutáveis, mas qualifica as relações entre os sexos ao evidenciar o vetor de dominação e exploração do homem sobre a mulher presente em sociedade. Para além de se referir às relações de dominação, opressão e exploração masculinas, a construção social do gênero implica falar sobre espaços, papéis e estigmas.

Dado que as leis sancionadas até o presente momento têm como finalidade assegurar os direitos básicos e fundamentais das mulheres vitimadas e efetivar a relevância do depoimento, tal qual sua autenticidade e evitar que a vítima sofra um processo frustrante e desgastante, as leis buscam ainda esclarecer que não houve provocação da parte para que a agressão, abuso ou violação ocorresse.

Outrossim, Mendes (2019) ressalta a relevância do patriarcado, o qual remete a mulher, até os dias de hoje, a condição de objeto e consequentemente, no sofrimento da vítima em mera vitimização, o que resulta na baixa credibilidade da palavra da vítima, e do mesmo modo, age de maneira incorreta ao lhe oferecer um tratamento desrespeitoso.

Nesse sentido, Prado e Sanematsu (2017, p. 52), aludem que “o principal indicador dessa banalização é que esses crimes continuam sendo tratados pela população, pela mídia e até por instituições de segurança e justiça como ‘crimes passionais’”, onde o que prevalece é a “desculpa” de que foi por culpa da mulher, por ela sentir “ciúmes” ou “não aceitar” o término do relacionamento, isso faz com que o “sentimento de posse e a violação da autonomia da mulher” sejam ocultados.

Assim preceitua Soraia da Rosa Mendes (2020, p. 130):

Em verdade, a preponderância da cultura patriarcal até os dias de hoje ainda reserva às mulheres a condição de objeto (no sentido de propriedade, posse, objeto de desejo), a ponto de atribuir às suas experiências de vitimização os sentidos que atendem aos interesses da própria cultura. A pouca (em alguns

casos quase nenhuma) credibilidade dada à palavra da vítima ou incapacidade para entender que a ela deve ser conferido tratamento digno e respeitoso – o que significa não ser, por exemplo, submetida a um depoimento em uma sala de audiências na qual ela se vê rodeada, por homens (muitas vezes só homens) demonstram claramente isso.

Por fim, as leis já sancionadas devem ser revisadas, para que correspondam de acordo com a necessidade atual e assim assegurem todas as mulheres os seus direitos e qualidade de vida.

4.1.1 Leis Sancionadas a Favor da Proteção das Mulheres

Em suma, a Lei Maria da Penha estabelece como crime todo caso de violência doméstica, é de extrema importância para que haja maior reconhecimento e eficácia dessa legislação exista a constância da sociedade junto ao governo, para que a segurança e direitos das mulheres sejam assegurados com êxito.

Conforme relata Campos (2011), o movimento feminista brasileiro vem desde a década de 70 numa busca incansável por reformas políticas e jurídicas no tratamento da violência doméstica. No decorrer deste período, importantes avanços da área da justiça criminal foram conquistados e auxiliados por políticas públicas específicas, entre os mais notórios e significativos, encontram-se a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres (DEAMs), e a reforma da legislação, com a inclusão da violência doméstica como circunstância agravante ou qualificadora de crimes, sobretudo nos de lesão corporal.

Adiante, no ano de 2006, a Lei Maria da Penha foi publicada e é considerada um marco fundamental ao movimento, a lei tem um propósito de verdadeira mudança e trabalha de maneira eficaz no atendimento operacional das vítimas de violência doméstica. Além disso, a Lei Maria da Penha apresenta um vínculo para que cada vítima seja atendida de maneira eficaz, sendo indispensáveis o vínculo da esfera jurídica com os serviços de assistências e psicólogos.

Além disso, diversas inovações se manifestam junto a referida lei, como a criação normativa para a categoria “violência de gênero”, limitação da tutela penal para as mulheres, e a exclusão dos atos de violência doméstica do rol dos crimes de menor potencial ofensivo. Ainda, entre as mudanças, destaca-se a inovação nas medidas cautelares de proteção, conforme descreve Campos (2011):

Inegavelmente a previsão de várias medidas autônomas de proteção trazidas pela Lei 11.340/06 constituem um dos seus aspectos mais inovadores. Diferentemente da lógica do processo penal, na qual as prisões provisórias adquirem o papel de medida cautelar por excelência para proteção da vítima contra a reiteração delitiva, a Lei Maria da Penha ofereceu uma série de possibilidades para além da prisão cautelar – embora a prisão preventiva seja mantida como possibilidade. Neste sentido, a Lei criou duas espécies de medidas, voltadas à ofendida e ao agressor. Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, o art. 22 prevê (a) a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, (b) o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; (c) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; (d) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.

Embora a Lei Maria da Penha tenha sido responsável por diversas mudanças positivas neste cenário desolador da violência doméstica, as estatísticas apontam para um problema sólido e de grande duração. Visto que por muitas vezes a violência se torna fatal, e esta fatalidade no Brasil está estreitamente ligada a violência conjugal, pois a maioria das vítimas que já sofreram qualquer forma de agressão tem histórico de agressões realizadas por pessoas com quem mantém ou já mantiveram relacionamento afetivo.

Ainda, conforme jurisprudência do Relator Hildemar Meneguzzi de Carvalho, com julgamento em 27 de outubro de 2020, determinou-se a evidencialidade dos crimes em questão e se demonstrou a devida relevância ao depoimento da vítima. Veja-se:

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIMES DE LESÃO CORPORAL, SEQUESTRO QUALIFICADO PELO SOFRIMENTO FÍSICO E MORAL E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ARTIGOS 129, §9º, 148, §2º E 344, TODOS DO CÓDIGO PENAL), NOS MOLDES DA LEI N. 11.340/06. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO COM RELAÇÃO A UMA RÉ, NO TOCANTE AO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 129, § 9º, DA LEI PENAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PRELIMINAR. PEDIDO DE INAPLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA. NÃO CABIMENTO. RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO. TESE AFASTADA. MÉRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRAS DA VÍTIMA E DEMAIS ELEMENTOS COLACIONADOS. VASTO ELENCO PROBATÓRIO. DOLO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE. CONTEXTO FÁTICO DISTINTO. AUTONOMIA. CONDENAÇÕES MANTIDAS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE ACERTADAMENTE NEGATIVADA. DIMINUIÇÃO DA PENA EM VIRTUDE DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO. AGRAVANTES DO MOTIVO FÚTIL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MANTIDAS. RECONHECIMENTO DO CONCURSO FORMAL ENTRE OS DELITOS. IMPOSSIBILIDADE. CONCURSO MATERIAL ACERTADAMENTE APLICADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO

PROVIDO. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PEDIDO FORMULADO NO ADITAMENTO À DENÚNCIA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS. VALOR ARBITRADO. RECLAMO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação Criminal n. 0009820-27.2016.8.24.0038, de Joinville, rel. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, Segunda Câmara Criminal, j. 27-10-2020) (SANTA CATARINA, 2020).

Uma vez que a vítima e o agressor seguem em silêncio, considera-se que de certa forma, a vítima não se enxerga como vítima e o agressor, por sua vez, livra-se da punição, e assim se estabelece um círculo vicioso de agressões, que muitas vezes a vítima se culpa e assume a responsabilidade por tais brutalidades, conforme explica Campos (2011):

O medo, a dependência econômica, o sentimento de inferioridade, a baixa autoestima decorrente da ausência de pontos de realização pessoais sempre impôs à mulher a lei do silêncio. A ideia sacralizada da família e a inviolabilidade do domicílio serviam de justificativa para impedir qualquer tentativa de coibir o que acontecia dentro do lar. A família vista como “entidade inviolável” não se sujeitava a qualquer interferência, tampouco a da Justiça, o que tornava a violência invisível.

Outrossim, é válido ressaltar ainda, que mesmo que o caminho seja árduo e longo, junto das conquistas e inovações que a Lei Maria da Penha concebeu, há mulheres que quebram os paradigmas e conhecem seus direitos, bem como, compreendem que seu bem-estar é primordial para que possam incentivar e instruir mulheres que se encontram na mesma situação.

Ainda, a Lei do Feminicídio promulgada em março de 2015, estabeleceu maior visibilidade para essa realidade criminosa, os recursos estabelecidos pela lei são de grande importância, visto que, o assassinato de mulheres apenas por pertencerem ao gênero feminino, pertence a uma realidade desoladora e repleta de desigualdade.

A lei n.13.104/2015 tem como propósito evidenciar de forma clara o crime praticado contra a vida de inúmeras mulheres diariamente, meramente pelo fato de serem mulheres, o que permite a produção de estatísticas e políticas de enfrentamento.

No Brasil a tipificação do feminicídio é vista como uma continuação da política legislativa pertencente à Lei Maria da Penha, no confronto à violência contra a mulher. Embora a Lei 11.340/2006 seja responsável por uma significativa e positiva mudança, há uma carência em sua tutela criminal, visto que, basicamente, apenas lesões

corporais em razão da violência doméstica se enquadram na lei em questão, não se inclui a morte resultante desse tipo de violência (Barros e Souza, 2016).

Conforme exemplifica Castilho (2015):

No feminicídio, tal como no homicídio, o Estado dá uma resposta à violação do direito à vida das pessoas. Utiliza do aparato penal com a finalidade de punir quem mata outrem. O direito à vida é, pois, o objeto jurídico do crime. A distinção entre homicídio e feminicídio advém do objeto material e do sujeito passivo, constituídos por mulher, bem como pela motivação de conduta.

Diversos questionamentos se manifestam referente a aplicabilidade da lei para as mulheres transexuais, considerando que “mulheres CIS” e “mulheres trans” são vítimas de violência machista e também têm suas vidas interrompidas.

Referente a essa necessidade, esclarece Barros e Souza (2016):

A Lei do Feminicídio explicita o caso em que pode ser aplicada: quando a vítima é do sexo feminino. Em face do histórico legislativo, que suprimiu a palavra ‘gênero’, assim como diante do fato de que norma restritiva se interpreta restritivamente, a escorreita exegese sinaliza pelo entendimento de que pertence ao sexo feminino tão somente a pessoa identificada como tal pelos registros oficiais, o que é de todo indesejado.

Em síntese, é de extrema relevância recapitular que o feminicídio, refere-se diretamente a um crime de ódio responsável pela morte de mais de oito mulheres por dia, o qual era penalizado de forma genérica antes da tipificação do Código Penal.

A desigualdade de gênero traz à tona o machismo reinante na sociedade, de acordo com Garcia (2019), “desde muito pequenos somos induzidos a seguir padrões os quais nos são impostos imperceptivelmente, e sem nos darmos conta, somos induzidos a entendermos que” existem “brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos, que menina veste rosa e menino veste azul”, uma separação de imagem feminina e masculina que segue por toda uma vida e se repete consequentemente de geração em geração.

Contudo, é evidente que perante os referidos fatos de que as mulheres são inferiorizadas e limitadas e ainda trazem uma bagagem limitada de direitos desconstituídos juntamente do machismo, ressalta-se que o machismo continua a prevalecer em várias questões, seja ela na desigualdade salarial ou outra situação,

mesmo que ocorram mudanças positivas constantemente, ainda é uma realidade muito presente no país.

A violência contra a mulher está entre as principais preocupações do país, visto que, o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra mulher. Vítimas do medo, diversas mulheres seguem em silêncio e vivem uma realidade desoladora e por muitas vezes fatal.

Além dos presentes fatos, evidencia-se que mesmo com toda independência conquistada e importantes espaços conquistados, a desigualdade de gênero ainda se faz presente com a ideia de que o homem é superior a mulher, ideia essa, que define o machismo por vez. Esse pensamento frívolo faz com que a sociedade adoeça cada vez mais, pois se leva em consideração o gênero de uma pessoa antes mesmo de suas qualidades como ser humano.

De acordo com Pinto (2020, p. 106), a realidade do ponto de vista feminista se mostra como um “momento de transição, pois uma pequena parte das mulheres participa dessa ainda prematura evolução, e mesmo essa parte pertence a uma sociedade em que antigas estruturas e valores machistas sobrevivem”. O que traz liberdade e mais livre arbítrio às mulheres e faz com que se atentem mais aos sinais de ameaça, ou até mesmo que sejam mais seletivas em seus relacionamentos é “a independência econômica” que “gera liberdade financeira, social, psicológica e intelectual”.

Ademais, “hoje no Brasil há 22 ministérios, sendo 20 ocupados por homens e apenas dois por mulheres. Essa questão envolve vários aspectos, começando pelos líderes de partidos, denominados ‘caciques’”, que levam esse nome por perdurarem “nas Diretorias e Lideranças de partidos por quase toda a sua vida” e cabe a eles “as tomadas de decisões e distribuições das verbas partidárias para candidatas da forma que bem entendem”, assim, eles mantêm o “domínio sobre os quais serão eleitos e, por óbvio que o machismo perpetuado nessa esfera impede a eleição de mais mulheres” (PINTO, 2020, p. 120). Desta forma, as decisões relacionadas as mulheres acabam por ser discutidas por homens.

Por fim, há consciência de que o machismo, a discriminação e a desigualdade por motivo de gênero são muito mais presentes na sociedade do que se pode imaginar, e mesmo que haja uma luta constante por igualdade, há um caminho longo

a ser percorrido, pois as dificuldades se fazem presentes desde os primórdios e essas questões influenciam os motivos que levam a ocorrência de feminicídios no Brasil.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou reconhecer as questões sobre o fim do feminicídio. Questões estas, que estão longe de uma completa solução, pois junto delas caminha o preconceito e a desigualdade de gênero. Encontram-se à mercê de uma realidade da qual inexistem, além disso, é de extrema importância que os referidos temas sejam tratados com a cabível relevância que necessitam. Pois buscam ser uma das formas mais eficazes para combater tais brutalidades e fazer com que haja uma convivência harmônica e uma sociedade devidamente conscientizada, ainda, que tenham total clareza ao tratar da importância da vida de uma pessoa, a qual vai muito além de um gênero.

Por vez, a Lei do Minuto Seguinte, Lei Maria da Penha, Lei Joanna Maranhão e a Lei do Feminicídio, todos presentes neste artigo, têm por objetivo a proteção dos direitos femininos, bem como minimizar os crimes contra a mulher até que de fato sejam erradicados.

Portanto, mesmo que haja inúmeros movimentos, leis e sororidade, há um longo caminho a ser percorrido para que haja eficácia judiciária e também igualdade e qualidade de vida.

Ainda, foram abordadas algumas das ausências legais, “brechas”, referentes ao sistema protecionista da mulher. No entanto, as leis sancionadas representam um avanço de grande relevância, ainda que a crueldade proferida contra a mulher se trate de um problema histórico, as citadas leis na maioria das vezes realizam o procedimento adequado e dão amparo às mulheres vitimadas.

Sendo assim, é notória a importância da necessidade de melhorias e novas medidas protetivas a favor da mulher. Melhorias estas que abranjam o sistema educacional desde a infância, para que todas as crianças tenham conhecimento da importância do assunto e saibam como agir no momento em que tiverem suas personalidades formadas. Pois como se trata de um problema histórico, a implantação desses ensinamentos na escola pode proteger as mulheres em formação e cortar “o mal pela raiz” desde a mais tenra idade.

Deve também haver a implantação de novos programas de proteção às vítimas, que não sejam feitas somente por homens, mas sim, por mulheres que já viveram a situação, ou, que realmente se preocupam com o bem-estar da outra mulher (sororidade). Programas com mais discrição seriam eficazes para proteger mulheres públicas e proteger de uma possível morte planejada após a denúncia feita.

Portanto, pode-se concluir que a resistência dessas diversas formas de violências, ainda que haja fundamentos jurídicos, leva-se ao questionamento referente às punições penais apresentadas, considerando que o índice apresentado de criminalidade ainda é ausente de diversas brutalidades cometidas diariamente a mulher, que acabam passando despercebidas. Por consequência, elevando a problemática nesse artigo retratado, visto que, ainda que a legislação se inove, a vida das vítimas corre constante perigo.

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BEZERRA, Juliana. **Feminismo**. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 08 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012**. Lei Joanna Maranhao. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 de maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 01 de agosto de 2013**. Lei do Minuto Seguinte. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 02 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.** Lei do Feminicídio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

CAMPOS, Carmen Hein. **Lei Maria da Penha Comentada em um Perspectiva Jurídico-Feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Direito penal em debate: sobre o feminicídio. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 23, n. 270, p. 4-5, maio 2015. Mensal. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/publicacoes/exibir/382>. Acesso em: 08 out. 2020.

CAUSA, Nossa. **Conquistas do feminismo no Brasil:** uma linha do tempo. 2020. Disponível em: <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/#2015-e-aprova%20a%20-a-lei%20-do-f%20eminicidio>. Acesso em: 01 set. 2020.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana; DRUMMOND, Gabriela. Violência contra mulher: feminicídios no Brasil. **Atlas da Violência**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-39, jan. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

PINTO, Alessandra Caliguirri Calabresi. **Direito das mulheres:** igualdade. perspectivas e soluções. São Paulo: Almedima, 2020.

PRESTES, Ana. **O feminismo e a luta das mulheres também libertam os homens.** 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidania/2020/03/o-feminismo-e-a-luta-das-mulheres-tambem-libertam-os-homens-diz-ana-prestes/>. Acesso em: 01 set. 2020.

SOUZA, Luciano Anderson de; BARROS, Paula Pécora de. Questões controversas com relação à lei do feminicídio (Lei n. 13.104/2015). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 111, p. 263-279, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/133512>. Acesso em: 01 set. 2021